



drynet

www.dry-net.org

No. 1

Novembro 2008

Boletim Drynet

Uma iniciativa global para dar um futuro às terras secas

Drynet é um projeto de 17 organizações de vários lugares do mundo que trabalham juntos para combater a degradação do solo.

CONTEÚDO

Criada Comissão Nacional de Combate à Desertificação **2**
Financiamento para combater a desertificação **4**
Planos Estaduais de Combate à Desertificação, chegou a hora **5**

Textos dos parceiros Drynet

Crise Global Alimentar **6**
Agenda Internacional 2008 **7**
Agro-combustíveis **8**

PUBLICADO POR



GTCD



Articulação no Semi-Árido Brasileiro



Este projeto é financiado pela União Européia

Ameaça Global, Rede Global

Bem vindos à primeira edição do boletim da Drynet, rede conformada por 14 organizações que se articularam para unir esforços na luta contra a desertificação. Três dessas organizações são africanas, cinco asiáticas, três europeias e três latino-americanas (veja boxe com a lista completa). O Instituto Sertão (Fortaleza) é co-fundador da rede e nela representa o Grupo de Combate à Desertificação da Asa – Articulação no Semi-Árido Brasileiro.

A desertificação é definida como a perda gradual da capacidade produtiva da terra, provocada por fatores climáticos ou pela ação humana. No Brasil, estão ameaçados 1.488 municípios dos nove estados do Nordeste, além de parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, o que representa 15,7% do território nacional. A ameaça se estende a um terço da população mundial, isto é, 2 bilhões de pessoas, que vivem em zonas áridas, semi-áridas ou subúmidas secas em todos os continentes.

Este caráter global do fenômeno explica o interesse em se criar uma articulação que permita o intercâmbio de experiências locais de enfrentamento à desertificação e de incidência sobre políticas públicas, assim como o empoderamento da participação da sociedade civil no acompanhamento da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, assinada por mais de 100 países, mas sem muitos resultados concretos até o momento.

Por Instituto Sertão



A equipe Drynet na África do Sul

ORGANIZAÇÕES QUE FUNDARAM A DRYNET

América Latina

Instituto Sertão (Brasil)
OLCA (Chile)
PROBIOMA (Bolívia)

África

TENMIYA (Mauritânia)
EMG - Environmental Monitoring Group (África do Sul)
ENDA – Tier Monde (Senegal, Marrocos e Madagascar)

Ásia

CAREC - Central Asia Regional Economic (Cazaquistão, Ubezkistão, Kyrgyzstão, Tajikistão e Turkmenistão)
LPPS (Índia)

SCOPE (Paquistão)

TEMA (Turquia)

CENESTA (Iran)

Europa

Both ENDS (Holanda)

CARI (França)

LPP (Alemanha)

Criada a Comissão Nacional de Combate a Desertificação

E agora, quem representa a sociedade civil?

Em 21 de junho de 2008 foi publicado o Decreto Presidencial que cria a Comissão Nacional de Combate à Desertificação. Caberá à ela estabelecer estratégias para o combate à desertificação e implementar os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

A proposta foi elaborada pelo Grupo de Trabalho Interministerial onde representantes da ASA ofereceram valorosas contribuições. A questão, agora, é eleger os representantes da sociedade civil na nova instância.



Opinião 1

Paulo Pedro de Carvalho,

Ponto Focal Nacional da Sociedade Civil ASA no Combate à Desertificação

A implementação do PAN Brasil – lançado no início de 2005 – vem se dando de forma muito lenta e pontual; não se percebem avanços concretos e palpáveis.

Apenas o tema da desertificação tem sido mais debatido e tornado um pouco mais popular, devido ao trabalho feito pelas organizações da sociedade civil, especialmente, aquelas que compõem a ASA Brasil, pela ação da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação da Secretaria Nacional de Extrativismos e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA e pela ação conjunta com os parceiros GTZ, DED, IICA, entre outros. Alguns governos estaduais também têm realiza-

do algumas ações interessantes, mas que ainda não são visíveis em nível de impactos na estagnação ou mesmo redução deste fenômeno e suas consequências no meio ambiente e na vida das pessoas.

Imagino que a ASA terá grande interesse, assim como tem respaldo e trabalho concreto suficiente, para pleitear a representação na Comissão nos 11 estados, de modo a acelerar esse processo. Mas no decreto não diz “ASA”, nós é que temos que nos mobilizar e dialogar com demais entidades da sociedade civil que tenham interesse neste tema. Porém, é preciso ter a clareza de que é um espaço para pessoas e entidades com experiência no desenvolvimento sustentável do semi-árido, tanto do ponto de vista técnico quanto político e sócio-cultural. Não falo somente de experiência acadêmica, mas de vivência, de trabalho prestado e comprovado na construção de con-

hecimentos junto às populações. Tempo disponível, compromisso e capacidade de diálogo com organizações de base e outros atores sociais que atuam localmente e regionalmente, devem ser também considerados como critérios importantes para este processo de escolha. Vejo na representação da sociedade civil a possibilidade concreta do contraponto e interação entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos tradicionais, indispensáveis ao sucesso da implementação do PAN Brasil.



Opinião 2

Silvio Rocha Sant'Ana,

Fundação Grupo Esquel Brasil

A Comissão, segundo consta do documento no PAN, será o órgão máximo para a implementação da política nacional de combate à desertificação e do próprio PAN.

Durante as negociações sobre a representação da sociedade civil, nós, os representantes da ASA, reivindicamos que tal representação deveria ser selecionada entre os associados da ASA em cada estado. Representantes governamentais argumentavam (não sem razão) que a ASA representava somente uma parcela da sociedade civil e que uma norma governamental não poderia “privilegiar” um segmento em detrimento de outros. Fomos voto vencido. >>

Composição da Comissão Nacional de Combate à Desertificação

A Comissão será presidida pelo Ministro do Meio Ambiente e terá em sua composição representantes de outros 11 Ministérios (Integração Nacional, Planejamento, Orçamento e Gestão, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Educação, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cidades, Minas e Energia e Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Além desses haverá outros 6 representantes vinculados ao Governo Federal (BNB, SUDENE, DNOCS, EMBRAPA, CODEVASF e Agência Nacional de Águas - ANA).

O Conselho terá ainda um representante dos 11 estados afetados pela desertificação.

Também um representante da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, indicado dentre os municípios que integram as Áreas Suscetíveis à Desertificação e dois do setor privado “com atuação comprovada nas ASD”.

A sociedade civil terá 11 representantes de entidades com atuação dos 11 estados afetados pela desertificação, “assegurando-se a participação de entidades de base comunitária, entidades de cooperação e

assessoria a organismos de base, de redes de entidades, de entes corporativos e de representação sindical, e de cooperativas, desde que com objetivos associados aos temas da UNCCD”

Essas entidades – continua o decreto, “serão escolhidas em assembléia setorial pública, na forma estabelecida no regimento interno da CNCD, e seus respectivos representantes titulares e suplentes serão indicados pelos responsáveis legais dessas entidades”.

>>

Até o lançamento do PAN cada ASA estadual indicava uma entidade como "Ponto Focal" daquele estado, e este era, automaticamente, reconhecido pelo MMA como "representante da sociedade civil".

Por outro lado, muitos argumentarão que a solução adotada para a seleção de delegados para o Seminário Nacional da Desertificação (realizado junto com a Conferência Nacional de Meio Ambiente de 2008) pode ser um mecanismo adequado: delegados são escolhidos no âmbito da preparação e nomeação de delegados para as conferências estaduais e destas para a nacional. Nesta hipótese, caberá às entidades participantes da ASA disputar, em cada estado, a indicação de entidades afinadas com a questão da prevenção e combate à desertificação.

Devemos lembrar que a Comissão lidará com o conjunto da política e da operacionalização das ações de prevenção e combate a desertificação. Ou seja, suas propostas e deliberações estarão sendo feitas para assegurar a implantação de todos os eixos prioritários do PAN. Os representantes da sociedade civil deverão, de alguma maneira, serem capazes de contribuir em todas aquelas dimensões.

A meu entender, nenhum dos dois experimentos é satisfatório. Se bem é verdade que a ASA é somente uma parcela da sociedade civil, uma escolha entre entidades que podem não ter nenhuma afinidade com os temas de desertificação apresenta também um risco de diluir o problema em meio a dezenas de outras agendas que podem ser mais "charmosas". Para ilustrar basta observar a atenção relativa que é dada a questões como matas tropicais úmidas e secas...

Deveríamos discutir este assunto na ASA, no GT de Combate à Desertificação, nos coletivos estaduais e no nacional. Em base a estas discussões deveríamos com urgência apresentar ao MMA nossas reivindicações e sugestões.

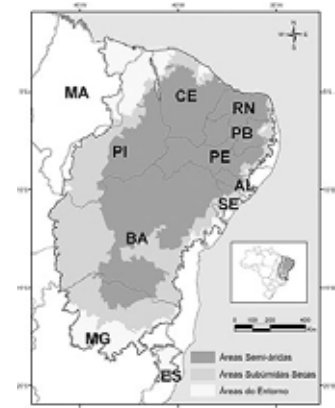
Estados: chegou a hora da ação

Quatro anos após o lançamento do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil), os Planos Estaduais, desdobramentos necessários para a ação concreta, estão enfim começando a ser delineados. Os estados nordestinos, além de Espírito Santo e Minas Gerais - incluídos nas Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil - receberão apoio técnico e financeiro do Ministério do Meio Ambiente, por meio de convênios com as agências de cooperação GTZ e IICA, para concluir a elaboração e iniciar a implementação dos seus respectivos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAE's.

Os pontos focais estaduais governamentais do PAN-Brasil reuniram-se no início de setembro em Brasília para conhecer os editais e os detalhes financeiros desses convênios, cujo prazo de execução é de 12 meses após a liberação dos recursos. A reunião foi dirigida pelo Sr. Egon Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, novo ponto focal nacional governamental para o PAN (veja ao lado).

Repetindo a exemplar experiência da elaboração do PAN-BRASIL, os programas estaduais deverão ser construídos com

participação paritária das esferas governamentais e sociedade civil. Segundo o Ponto Focal da Sociedade Civil no PAN-BRASIL, Paulo Pedro Carvalho, da ASA, que também participou da reunião de Brasília "é preciso agora que as instâncias da ASA nos estados dialoguem o mais rapidamente possível com os pontos focais governamentais, para contribuir na mobilização da sociedade civil e garantir uma participação ativa e efetiva nesta construção. Temos muito a contribuir nas proposições para prevenir e combater a desertificação, com o acúmulo de experiência no campo da agroecologia como base fundamental do desenvolvimento sustentável no semi-árido".



Regiões ameaçadas pela desertificação

Novo responsável

O Ministério do Meio Ambiente deslocou para a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável a representação governamental (Ponto Focal) do PAN-BRASIL; função anteriormente atribuída à Secretaria de Recursos Hídricos. Desta forma cabe agora ao Sr. Egon Krakhecke a mobilização social e coordenação das ações de Combate à Desertificação no Semi-Árido Brasileiro.

10 anos depois

Deixando para trás várias sinalizações positivas dadas anteriormente, o min-

istro do Meio Ambiente Carlos Minc acabou barrando a realização no Brasil da 9ª COP, Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD). Fortaleza e Natal estavam sendo cogitadas como fortes candidatas para sediar o evento, que acontecerá em 2009. Para a ASA teria sido muito interessante que a COP 9 acontecesse no país, pois em 2009 completa 10 anos, tendo sido criada na 3ª Conferência das Partes (COP 3), em Recife, 1999, momento em que lançou sua "Declaração para o Semi-Árido" no Evento Paralelo da Sociedade Civil.

Financiamento para combater a desertificação

Fundo de Iniciativas Locais de Combate à Desertificação encerra segunda seleção

Wouter van Oosterhout
DED – ASA Combate à Desertificação

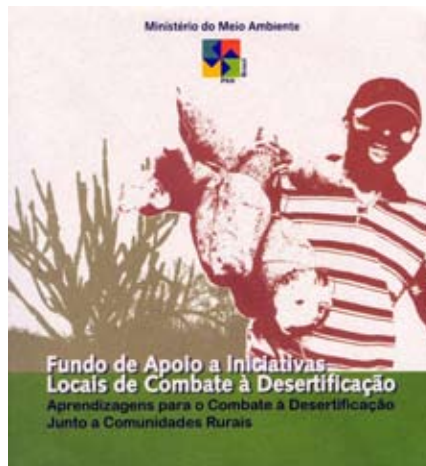
As dificuldades que as comunidades rurais, no semi-árido brasileiro bem como em outras regiões áridas do mundo, enfrentam por causa da desertificação, são enormes: perda de fertilidade do solo e subsequente queda de produção e renda, perda nas reservas e no acesso à água, desmatamento e gradual colapso dos ecossistemas no bioma caatinga, para só nomear as maiores.

Criado em 2007, o Fundo de Iniciativas Locais de Combate à Desertificação estimula a busca de soluções para problemas locais causados pela desertificação. O propósito do Fundo é o empoderamento das populações para enfrentar essas dificuldades, através do levantamento de informações e de processos de aprendizagem e capacitação. Muitas vezes os próprios agricultores e as organizações atuantes na zona rural têm idéias e propostas inovadoras. O fundo oferece financiamento para esses pequenos projetos, com caráter de experimentação ou piloto, bem como busca sistematizar as aprendizagens e favorecer a troca de experiências entre os protagonistas.

Numa iniciativa conjunta da Articulação no Semi-Árido (ASA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Cooperação Alemã (DED e GTZ) foram disponibilizados, na primeira rodada em 2007, perto de R\$ 160.000,00, incluindo custos com monitoramento e sistematização. De um total de mais de 40 solicitações foram contempladas 13 projetos, com valores entre R\$ 7.000,00 e R\$ 13.000,00.

O Fundo em 2008

Para este ano, o fundo tem R\$ 600.000,00 à disposição, dos quais a maior parcela (em torno de 80%) é financiada pelo Ministério do Meio Ambiente,



Um livro sistematizou a experiência do primeiro ano do Fundo

através da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) / Coordenação de Combate à Desertificação (CCD). O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura juntou-se este ano à equipe de promoção e acompanhamento. Uma evolução alentadora, é que, diante dos resultados positivos de 2007, o estado de Pernambuco já criou seu próprio fundo, também com R\$ 600.000,00 (estes para projetos maiores); Rio Grande do Norte e Bahia demonstraram interesse



e sinalizaram também ter a intenção de criar seu Fundo Estadual de Combate à Desertificação. Em termos de volume de recursos, estes fundos podem ser pequenos diante do tamanho dos problemas em questão, mas eles sinalizam um crescente interesse para a criação de soluções em diálogo com a população local.

É neste espírito que para 2008, foram selecionadas 22 projetos para serem executados com recursos do fundo, com valor médio de R\$ 22.000,00 (em [de] aumento em relação ao ano anterior). O Ceará foi o estado com mais projetos beneficiado – seis ao todo, seguido de Pernambuco, com cinco projetos (veja lista).

O sistema de acompanhamento para este ano é semelhante àquele usado em 2007. Haverá um relatório intermediário, uma visita de acompanhamento, um relatório final, um seminário de intercâmbio e uma publicação. Estaremos trabalhando para que haja também intercâmbio com projetos financiados pelos fundos estaduais, para gerarmos a maior visibilidade e aprendizagem possível. Em médio prazo, queremos criar uma rede de organizações que trabalham diretamente focadas no combate à desertificação.

Jovens do projeto Irradiando o Verde (Ceará) que recebeu apoio em 2007

Iniciativas apoiadas em 2008

Maranhão

Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás

Educação Ambiental no Baixo Paranaíba para jovens quilombolas: ciranda agroecológica

Ceará

Instituto Cactus

Elaboração de Plano de Ação Municipal de Irauçuba

Instituto Cactus

Educação para convivência com o SAB/ formação de educadores

Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária – CEPAC

Educação ambiental e viveiro de mudas

Comunicação e Cultura

Coligação de Jornais Escolares Contra a Desertificação

Fundação de Saúde e Integração Social – CIS

Implantar uma Unidade Demonstrativa de Convivência com a Seca e Combate à Desertificação

Flor da Terra – Assessoria Projetos e Pesquisa

Capacitação e cadeias de valor de produção de mel

Rio Grande do Norte

Associação dos Apicultores de Lagoa de Velhos/RN

Capacitar 60 mulheres e 40 jovens, com princípios de auto-gestão e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e solidários e combate à desertificação

Colméias

Combater as áreas degradadas e áreas de desertificação através da instalação de viveiro de mudas, instalação de meliponários para criação de abelhas nativas

Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar – TERRA VIVA

Capacitação em apicultura e produção de mudas com foco no manejo sustentável dos recursos naturais como estratégia de CD

Paraíba

Unir-Sentir-Pensar-Agir - USPAR

Meliponicultura Como Alternativa de Desenvolvimento do Cariri

Centro de Educação Popular e Formação Social – CEPFS

Oficinas sobre Combate à Desertificação e Agroecologia e intercâmbios com agricultores familiares; implantação de viveiros e bancos de sementes

Pernambuco

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agrovila Nova Esperança

Construção do conhecimento agroecológico e a formação de agricultores e agricultoras, jovens e crianças, através de reuniões, seminários, implantação de viveiros de mudas e sistemas agroflorestais

Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe – Fundação Araripe

Capacitação (oficinas) com famílias agricultoras

NEPS – Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco

Implantação de 05 (cinco) campos de agrofloresta, com plantas nativas e frutíferas no município de Santa Filomena-PE

CONDESB – Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Brejo de Madre de Deus

Recuperação de Matas Ciliares às Margens do Rio Açudinho, Município de Brejo da Madre de Deus

Organização Ambientalista de Sustentabilidade e Integração do Sertão – OASIS do Brígida

Fortalecer Agroecologia e Associativismo

Sergipe

Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes – SOCIEDADE SEMEAR

Educação Ambiental - Formação de multiplicadores locais e elaboração de plano de ação em Combate à Desertificação

BIOTERRA

Promover a inclusão do carvoeiro e/ou famílias em atividades sustentáveis geradoras de renda como a apicultura/meliponicultura, reduzindo a perda florestal da caatinga e consequentemente desertificação

Bahia

IIPÊTERRAS – Instituto de Permacultura em Terras Secas

Sensibilização de agricultores e agricultoras da região de Irecê às problemáticas agro-ambientais inclusive a ameaça da desertificação

Minas Gerais

Associação Quilombola de Quilombo - ASPOQUI

Confecção e cadeia de valor de biojóias

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina

Gestão e Uso Sustentável de Nascentes por Agricultores Familiares

Mapa dos estados nordestinos com números dos projetos financiados em cada um deles



Agrocombustíveis e Crise Alimentar Global

Por Sona Prakash, Both ENDS, Holanda - Parceira Drynet

A ameaça a segurança alimentar paira atualmente sobre grande parte dos países em via de desenvolvimento, pois o preço dos alimentos duplicou nos últimos três anos. Como é de praxe, os pobres irão arcar com o ônus desta crise, e, como sabemos, as regiões secas caracterizam-se por elevados níveis de pobreza. Cerca de metade dos 854 milhões de pessoas que sofrem de fome no mundo vivem em terras secas ou degradadas.

Os tomadores de decisão parecem alheios a estes fatos quando propagandeiam o potencial de desenvolvimento de cultivos para produzir agrocombustível, e a sua capacidade de se desenvolver em terras marginais, geralmente ocupadas pelos pobres.

Os agrocombustíveis, além de concorrerem por recursos com as culturas alimentares, amplificam a volatilidade e o aumento dos preços dos produtos, associando-os ao preço do petróleo. A especulação, nos desregulados mercados mundiais, tem ampliado enormemente o efeito das secas e do boom dos agrocombustíveis sobre o esgotamento das reservas alimentares.

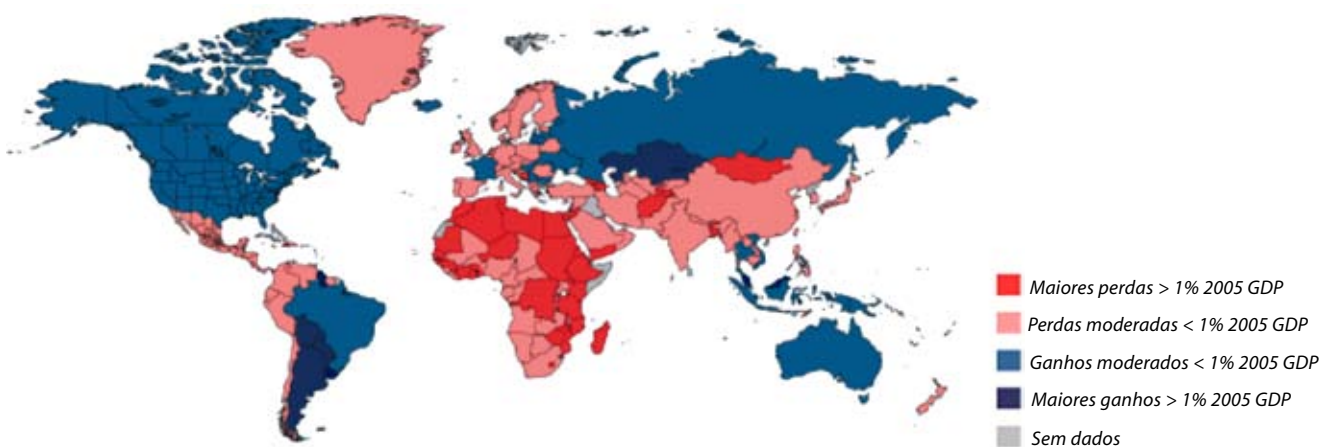
O comércio injusto tem também comprometido a segurança alimentar, muitas vezes em combinação com outros fatores. Como exemplo, temos o despejo de excedentes de milho no México, em consequência dos subsídios agrícolas norte-americanos, prejudicando milhões de agricultores mexicanos. Posteriormente esse milho foi desviado para alimentar a própria indústria de agrocombustível norte americana, iniciando uma crise alimentar no México. Além disso, o abandono do cultivo pelos agricultores mexicanos, como resultado da invasão dos excedentes norte americano, levou a uma perda substancial da biodiversidade no milho. Essas síndromes são comuns a muitos países em desenvolvimento, trans-

formados, pelo regime de troca vigente, de exportadores alimentares a importadores. Outro exemplo são os setores do algodão e amendoim no Sahel (região do norte da África, imediatamente abaixo do deserto do Saara) gravemente afetados por práticas comerciais desleais, prejudicando milhões de agricultores de subsistência, que abandonam a terra e migram para centros urbanos. O abandono da terra somado a ação da seca, tem causado ainda mais erosão do solo e degradação no Sahel. O crescimento das populações urbanas é uma ameaça para a segurança alimentar.

As pessoas na base de pirâmide social não têm escolhas além de lutar contra estas circunstâncias desfavoráveis. Muitos programas inovadores de agricultura sustentável têm compensado parcialmente os caprichos dos investidores internacionais, através do fortalecimento da segurança alimentar local. Eles precisam do nosso apoio, mais do que nunca. Uma ação urgente e concentrada, pode ainda mudar o curso das coisas.

>>

Impacto dos aumentos de preços nos alimentos projetados sobre a balança comercial



Fonte: Banco Mundial

Fonte http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/7284196.stm

>>

A nível nacional, o apoio estatal e o acesso à terra e ao mercado por parte dos pequenos agricultores, assim como à tecnologia apropriada para a agricultura sustentável, são de primordial importância. Os Governos do Norte precisam diminuir suas ambiciosas metas de utilização de agrocombustíveis, que demandam produção em grande escala nos países do Sul, ameaçando a segurança alimentar e marginalizando ainda mais os pobres.

Em lugar do desgastado objetivo do "livre comércio", as organizações internacionais deveriam dar prioridade à produção e distribuição equitativa de gêneros alimentícios; regulamentação dos mercados alimentares do mundo; adaptação às mudanças climáticas nos países pobres, mitigação nos países ricos; segurança alimentar de longo prazo e atenuação da pobreza, como objetivos do comércio internacional. Instituições financeiras

internacionais devem inverter suas estratégias de liberalização que têm conduzido à marginalização dos pequenos agricultores. Ajuda alimentar não é - e nunca foi - a resposta. Os direitos a terra e à produção alimentar dos mkulima (1), dos kisan (2), dos camponeses e trabalhadores rurais, necessitam ser assegurados com urgência.

(1) camponês na lingual Swahili (dominante no Leste Africano)

(2) camponês em Híndi (Índia)

Nota do Instituto Sertão: Sona Prakash escreveu seu texto antes do estouro da crise financeira. A queda do preço do petróleo e boa parte das matérias primas é uma prova do quanto o preço das mesmas estavam influenciados pela especulação que operava nos mercados futuro de commodities.

APRESENTANDO TRÊS HISTÓRIAS DE SUCESSO QUE PODEM SER LIDAS NO SITE DA DRYNET (EM INGLÊS):

Reflorestamento participativo para seqüestro de carbono em terras secas - Birjand, Iran

O projeto foi concebido de forma a demonstrar que terras desertificadas podem ser recuperadas com uma boa relação custo-eficácia, pelas populações locais, para seu próprio benefício. Também vem demonstrar que existe um potencial significativo para seqüestro de carbono nessas áreas para benefício do ecossistema global. O projeto usa abordagens participativas para mobilizar comunidades interessadas e capacitá-las para realizar o trabalho de reabilitação por conta própria.

Instalação de defesas e reflorestamento - Tiambene Till, Senegal

O programa visa sensibilizar os principais atores no campo da proteção ambiental rural e urbana no Senegal, através do intercâmbio de informações, educação e comunicação, a fim de levar a uma mudança no comportamento e a melhor compreensão da necessidade de uma gestão eficaz.

Aplicação da lei, proteção do solo e melhoria da terra - TEMA

Pela primeira vez na história turca, uma lei sobre a conservação do solo e gestão da terra é emitida através dos esforços de uma ONG: A "Lei de proteção do solo e melhoria das terras". O parceiro da rede Drynet, Fundação TEMA, juntamente com voluntários de todos os setores da sociedade turca, pressionaram ativamente o parlamento para a aprovação desta lei.

Agenda 2008 Internacional

3-14 de Novembro, 2008 -7 CRIC e 9 CST, Istanbul, Turquia. A 7ª sessão do Comitê para a Revisão da Implementação da Convenção de combate a Desertificação (CRIC) irá reunir-se, em conjunto com a 9ª sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia (CST).

www.unccd.int

5-7 de Novembro, 2008 - ClimAdapt em Göttingen, Alemanha, por AGRECOL, Associação de Agricultura e Ecologia. Um espaço aberto sobre recursos inovadores na agricultura sustentável.

www.agrecol.de/climadapt

14-17 de Dezembro, 2008 - Conferência sobre Terras secas, Desertos e Desertificação. Segunda conferência no Blaustein Institute for Desert Research, Ben - Gurion Universidade de Negev, Sede Boqer Campus, Israel. A conferência discutirá sobre fatores da degradação em terras secas; os processos sociológicos, econômicos e biofísicos que geram, mantêm ou reforçam os estados de degradação; e as políticas e ferramentas de gestão para a conservação de estados desejáveis e para a recuperação de estados indesejáveis, a fim de manter um sistema sustentável.

<http://cmsprod.bgu.ac.il/Eng/units/bidr/desertification2008>

Agrocombustíveis: Oportunidade ou ameaça?

Por Miguel Angel Crespo
Director PROBIOMA, Bolívia
Parceiro Drynet

A crise energética, produto do excesso dos países desenvolvidos e dos preços elevados dos hidrocarburos originados da especulação da indústria petrolífera, tem gerado uma aliança preocupante entre empresas de sementes relacionadas com a manipulação genética, produtores de agroquímicos e a indústria automobilística. Esta aliança visa gerar fontes alternativas de energia e, aparentemente, contribuir para a redução dos efeitos das alterações climáticas no meio ambiente.

Agrocombustíveis são uma fonte de energia baseada no monocultivo de produtos como soja, cana de açúcar e milho, enquanto que os biocombustíveis são fontes de energia renovável de origem biológica como lenha, carvão, esterco, biogás, bio-hidrogênio e resíduos agrícolas. Esta definição nos leva a conclusões sobre o interesse que existe por parte dos produtores de agrocombustíveis em promover o termo “bio” em lugar de “agro”. Dessa forma pretendem escapar dos questionamentos gerados por essa alternativa, uma vez que implica em graves impactos sociais, ambientais e econômicos, o que poderá, eventualmente, levar a conflitos causados pela escassez alimentar, diminuição dos recursos naturais, contaminação de solos e águas, e desequilíbrios territoriais.

Na América Latina, os dez países que produzem agrocombustíveis são também agroexportadores.

O paradoxo é que cinco destes países também apresentam elevados níveis de desnutrição, um fato que reflete os desequilíbrios no mercado alimentar interno.



Desmatamento para produção de soja no Brasil. Foto de Jan Gilhuis, Solidaridad

Isto deixa claro o conflito existente entre a produção de alimentos e a produção de agrocombustíveis, a última oferecendo maior rentabilidade. Neste cenário, as camadas mais baixas da sociedade são as mais vulneráveis, já que não podem pagar pelos crescentes preços dos alimentos.

O argumento utilizado é o de que as culturas adotadas para a produção de agrocombustíveis são desenvolvidas em áreas degradadas que já não servem à agricultura intensiva, e que tais solos são recuperados por certas culturas especialmente adaptadas. O que não é dito, é que essas culturas, se desenvolvidas, trazem consigo a expansão da fronteira agrícola, eliminam a biodiversidade existente, substituem pastagens usadas para a criação de gado e outras culturas destinadas para consumo nacional, degradam o solo mais rapidamente através da utilização de fertilizantes e pesticidas, além de abrirem para o deslocamento da população local para outras regiões.

Finalmente, precisa ser dito que o objetivo de produção de agrocombustíveis é o controle sobre os sistemas de produção de alimentos e de energia, resultando em mais pobreza rural, destruição da biodiversidade e fome.

PROBIOMA é uma ONG boliviana, do departamento de Santa Cruz. Há 18 anos dá suporte a camponeses e divulga a agroecologia, o manejo da biodiversidade e a biotecnologia. Atua, também na informação cidadã e na influência em políticas públicas. É fundadora da rede Drynet.

www.probioma.org.bo

Se você deseja receber este boletim por via eletrônica ou para obter mais detalhes sobre os artigos publicados, entre em contato conosco através do endereço drynet@bothends.org ou visite nosso web site em inglês:

www.dry-net.org